

Para Ser é Preciso Pertencer

Sofia Branco

Jornalista

Uma em cada 35 pessoas vive como migrante nalguma parte do mundo. O número global de migrantes é hoje de 192 milhões de pessoas e cresce anualmente três por cento. Há cada vez mais mulheres a lançarem-se individualmente na busca de melhores condições de vida. A exploração e o tráfico são realidades cada vez mais transnacionais e difíceis de controlar.

A migração num contexto de globalização – que também é o da globalização da pobreza e da miséria – é o grande desafio mundial e uma das questões que mais debate suscitará na Europa do futuro, quer entre Estados, quer entre o Estado e os cidadãos. Muito está por fazer. A ausência de uma política migratória concertada e sistemática, com uma linha bem definida, é a regra. Os modelos adoptados – do assimilacionismo francês ao multiculturalismo holandês – falharam em maior ou menor grau na tentativa de integração dos imigrantes.

O medo do outro, do que é diferente, continua a existir. E a colocar obstáculos a um diálogo intercultural que enriqueceria a sociedade. O Estado não tem promovido esse diálogo, limitando-se a regular os fluxos migratórios de forma mais ou menos repressiva, a promover processos de legalização extraordinária de vez em quando, a traçar algumas molduras de reagrupamento familiar, a expulsar os ilegais, a acolher alguns refugiados por razões políticas ou humanitárias...

A migração é um fenómeno inevitável e imparável, que, evidentemente, precisa de ser regulado. Mas é também algo necessário e potencialmente benéfico para todos – os que migram, os que recebem migrantes, os países de origem dos migrantes. Para construir é preciso desconstruir. Importa, pois, começar por eliminar ideias preconcebidas e preconceituosas em relação à imigração. Culturalmente, a imigração é sinónimo de diversidade e de cosmopolitismo. Socialmente, ela tem contribuído de forma inegável para o reequilíbrio demográfico de uma Europa que envelhece e sofre quedas acentuadas dos seus índices de natalidade e juventude.

Economicamente, os imigrantes não tiram, nem nunca tiraram, emprego a ninguém, tendo servido de bodes expiatórios para os falhanços nacionais em matéria laboral e social. Invariavelmente, os imigrantes são utilizados como mão-de-obra pouco qualificada – fazem trabalhos que, em geral, os nacionais não querem fazer. Isto apesar de poderem ter capacidades acima das que empregam no dia-a-dia laboral, como, por exemplo, no caso dos médicos oriundos dos países de Leste, que se viram impedidos de exercer essa profissão em Portugal (trabalhando em funções que exigem menores qualificações), até que um programa de bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian lhes permitiu obter a equivalência necessária. Um exemplo de que é urgente flexibilizar e facilitar o reconhecimento curricular, que permita aos imigrantes darem pleno uso às suas capacidades e aos Estados acolhedores beneficiarem das suas qualificações.

Politicamente, a Europa tem-se preocupado em regular os fluxos e em acabar com os “sem papéis” através da regularização ou da expulsão. Ora, o fenómeno migratório precisa de ser analisado e endereçado nas suas múltiplas dimensões. Falta promover a verdadeira diversidade e um verdadeiro diálogo – só depois disto é possível uma real integração, sem que nenhuma das partes sinta ter perdido nada em favor da outra, mas sim ter beneficiado muito com a convivência mútua.

Internacionalmente, e aparte o Alto Comissariado para os Refugiados – saído da II Guerra Mundial e desenhado para um quadro de conflitos internacionais e de assistência

humanitária –, as Nações Unidas não têm nenhum departamento exclusivamente dedicado à protecção dos migrantes.

A protecção global dos direitos humanos dos imigrantes também precisa de ser fortalecida. Aparte os esforços desenvolvidos pela Organização Internacional do Trabalho, existe apenas uma convenção internacional devotada especificamente aos trabalhadores migrantes e às suas famílias, convenção essa em vigor desde 1 de Julho de 2003 mas ratificada por apenas 36 Estados – entre eles não está nenhum membro da União Europeia nem nenhum país rico receptor de imigrantes.

A questão central da integração dos imigrantes reside, acima de tudo, na cidadania. Para ser é preciso pertencer. A indefinição da identidade – “eu não pertenço à origem dos meus pais, mas também não me sinto cidadão do país onde vivo” – é potenciadora de conflito. A concessão de direitos de cidadania aos imigrantes que os equiparem aos autóctones é, portanto, determinante para uma integração bem sucedida. Desde logo, a concessão de direitos políticos. Não faz sentido que os imigrantes – devidamente legalizados, que paguem impostos e descontem para a segurança social – não possam votar nas eleições. Em todas as eleições e não apenas nas locais. O voto é também um dever e uma responsabilidade, não se pode exigir a integração quando não se concede a participação nas principais decisões da comunidade.

Mas não basta poder eleger, é necessário criar também as condições para se ser eleito. As medidas de acção afirmativa, por mais antipáticas que sejam, têm provado ser eficazes no caso da desigualdade de género. Não se antevendo uma mudança radical na sociedade, fará sentido discutir a introdução de quotas para imigrantes para cargos políticos nacionais e municipais, a integração depende de uma representação realista da sociedade.

Por outro lado, a cooperação com os países de origem dos fluxos migratórios deve procurar, através da ajuda pública ao desenvolvimento, diminuir as causas da imigração: a pobreza, a falta de horizontes. Ninguém abandona a sua terra-mãe simplesmente porque quer. Importa também apoiar as remessas que os imigrantes enviam para os países de origem, nomeadamente diminuindo, ou mesmo anulando, as taxas cobradas sobre elas.

Exigem-se ainda alterações profundas da estrutura habitacional e urbanística das cidades, pois a que existe em Portugal tem favorecido uma estratificação da cidadania. Para os imigrantes têm sobrado os guetos, nas margens da cidade. Não há integração sem convivência diária, porque só esta permite o conhecimento e só este permite acabar com o preconceito.